


# POVO LIVRE

## TODOS, TODOS, TODOS POR PORTUGAL



O XXIV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, tomou posse na terça-feira, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa

6 PRESIDENTE

### COMPOSIÇÃO DO NOVO GOVERNO

O XXIV Governo Constitucional integra 17 ministros, além do Primeiro-Ministro, e é o segundo mais paritário da democracia portuguesa

9 PARLAMENTO

### “O INTERESSE NACIONAL É UMA LEGISLATURA DE QUATRO ANOS”

José Pedro Aguiar-Branco promete lidar com os 229 deputados com “o mesmo registo de lealdade, equidistância e rigor” e ser um “gerador de consensos”

13 LOCAIS

### POMBAL ABRE GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA E À PARENTALIDADE

A Câmara Municipal de Pombal, liderada por Pedro Pimpão, abriu o Gabinete de Apoio à Família e à Parentalidade para prestar ajuda de proximidade

# COMPROMISSO COM O FUTURO

**Demonstrando plena consciência das expectativas dos portugueses e das necessidades do País, o nosso Primeiro-Ministro assumiu um tom mobilizador das vontades e ambições de todos os portugueses para concretizar a mudança necessária para um futuro melhor, com humildade democrática e capacidade de diálogo.**

**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

Todos, todos, todos, por Portugal!

Foi com esta frase, inspirada no Papa Francisco, que Luís Montenegro terminou o seu discurso na tomada de posse do governo da AD, que decorreu esta terça-feira.

A intervenção do novo Primeiro-Ministro de Portugal era bastante aguardada, sobretudo em consequência da gestão inteligente da comunicação que aplicou no dia seguinte à vitória eleitoral. Em tempo de ruído, o silêncio torna-se distintivo, impondo-se e criando condições para a clareza e a transparência que as circunstâncias exigem.

Luís Montenegro esteve à altura do momento. Demonstrando plena consciência das expectativas dos portugueses e das necessidades do País, o nosso Primeiro-Ministro assumiu um tom mobilizador das vontades e ambições de todos os portugueses para concretizar a mudança necessária para um futuro melhor, com humildade democrática e capacidade de diálogo.

Mas fez mais: dando um sinal indubitável de confiança e de determinação, Luís Montenegro apresentou as prioridades do novo Governo, com especial atenção para as áreas mais fragilizadas, como são o caso da Educação, da Saúde e da Habitação.

De caminho, precisou algumas das medidas que irão despertar a economia portuguesa do entorpecimento atual e, também, aliviar



a pressão que sufoca a maioria das famílias portuguesas.

Não menos relevante, Luís Montenegro fez questão de dar especial enfoque a dois temas: o combate à corrupção, e a juventude e desburocratização.

Para o combate à corrupção, Luís Montenegro tornou pública a intenção de envolver os vários partidos com representação parlamentar num diálogo aberto para, no prazo de dois meses, ter uma síntese de propostas consistentes, credíveis e exequíveis que possam ganhar forma de Lei.

No que concerne à Juventude e à desburocratização, o Primeiro-Ministro destacou a criação de um ministério dedicado a estes temas que assegure um tratamento transversal no Governo. De facto, urge dar resposta às legítimas aspirações das novas gerações, criando condições para permaneçam no nosso país, da fiscalidade à educação, da saúde à habitação, dos transportes ao ambiente, das leis laborais à habitação, da cultura ao desporto. Paralelamente, esse esforço será tão ou mais eficiente quanto conseguirmos aprofundar a estratégia de modernização do Estado, agilizando processos e a relação dos cidadãos com as entidades públicas.

Foi, pois uma intervenção de Estado, consciente das dificuldades do presente, mas com os olhos colocados no futuro de Portugal e nos Portugueses.

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

# ESTAREMOS FOCADOS NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS E NA PROMOÇÃO DO INTERESSE NACIONAL

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, conferiu posse ao XXIV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, numa cerimónia que decorreu na Sala dos Embaixadores Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, na terça-feira, 2 de abril de 2024, pelas 18h00.



Além do Primeiro-Ministro, os 17 ministros foram chamados um a um, por ordem hierárquica, para prestar juramento e assinar o auto de posse. “Eu, abaixo assinado/a, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”, proferiram todos os membros do Executivo.

No seu discurso de tomada de posse, o Primeiro-Ministro avisou que Portugal não ficou rico “só porque tem superavit orçamental”, e considerou até que esta ideia “é perigosa, é errada e é mesmo irresponsável”.

“Vamos cumprir as nossas promessas de desagravamento fiscal, de valorização dos salários e das pensões, de reestruturação dos serviços públicos e modernização do Estado. Mas vamos fazê-lo não à sombra da ilusão de um excedente, mas antes com a âncora de uma economia mais produtiva e competitiva e um Estado renovado e eficiente”, disse.

“Temos a noção de que não ficámos um país rico só porque tivemos um superavit orçamental”, acrescentou.

Para o Primeiro-Ministro, esta visão coloca três problemas principais. “Em primeiro lugar, essa ideia pode ser considerada uma ofensa para milhões de portugueses que vivem em dificuldades extremas por auferirem salários ou pensões baixas, por estarem afogados em impostos, por não conseguirem aceder condignamente a uma habitação, a cuidados de saúde ou mesmo a uma educação de qualidade”, disse.



dade até ao limite de um salário. Ao mesmo tempo reduziremos o IRC de 21% para 15% em três anos”, declarou.

Tal como estava previsto no programa eleitoral da AD, frisou o compromisso de isentar de IMT a compra da primeira casa, bem como com “a redução da fiscalidade sobre o setor, em conjunto com uma redução da burocracia e dos custos de licenciamento e a utilização dos imóveis do Estado”.

Na saúde, Luís Montenegro comprometeu-se a apresentar até dia 2 de junho um Programa de Emergência na Saúde e a anunciar um diálogo com todos os partidos com assento parlamentar para “uma agenda ambiciosa” de combate à corrupção.

Na educação, defendeu uma escola pública “que atraia e retenha professores, valorizando a sua carreira”, e voltou a apontar como um dos maiores desafios do país a crise demográfica.

“Queremos uma política que remova os principais obstáculos à natalidade, com políticas públicas de incentivos, com creches e pré-esco-

lar gratuitos, com vantagens fiscais para famílias numerosas, e melhoria da legislação laboral”, disse.

Sobre políticas de imigração, o Primeiro-Ministro repetiu a frase que usou durante a campanha eleitoral: “Queremos um país humanista e acolhedor, que não está nem de portas fechadas, nem de portas”.

Às forças de segurança, Luís Montenegro deixou o compromisso de, “como noutras áreas da administração pública, valorizar aqueles que diariamente cumprem com brio e honra a sua missão”, “como acontece também com as equipas de bombeiros e da proteção civil”.

Aumentar a celeridade e simplificação processual na justiça ou manter todo o apoio à Ucrânia no quadro da União Europeia e da NATO foram outros dos compromissos deixados na tomada de posse do XXIV Governo Constitucional, num discurso que tocou todas as áreas da governação, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“Impõe-se uma palavra sobre o PRR. O PRR, como de resto os outros fundos, não pode ser mais

uma oportunidade para desbaratar dinheiro público. Tem de ser uma oportunidade de investimento reprodutivo que alicerce uma economia forte e resiliente”, afirmou.

No combate à corrupção, anunciou que irá propor a todos os partidos com assento parlamentar a abertura de um diálogo com vista a uma fixar uma agenda ambiciosa, eficaz e consensual de combate à corrupção.

“O objetivo é no prazo de dois meses ter uma síntese de propostas, medidas e iniciativas que seja possível acordar e consensualizar, depois de devidamente testada a sua consistência, credibilidade e equidade”, assinalou, defendendo que “ninguém tem o monopólio das melhores soluções”.

Luís Montenegro terminou a sua intervenção citando a frase do Papa Francisco na Jornada Mundial da Juventude de Lisboa – “todos, todos, todos” – para apelar à colaboração de todos os setores da sociedade, incluindo os partidos políticos, e evocou até o poeta Luis Vaz de Camões, assegurando que

os 500 anos do seu nascimento merecerão ainda este ano “a devida celebração”.

“Escreveu no canto I d’ ‘Os Lusíadas’: ‘Que tenha longos tempos o Governo (...). A gente anda perdida e trabalhada. Já parece bem feito que lhe seja/ Mostrada a nova terra que deseja”, citou, apelando à união de “todos, todos, todos por Portugal”.

Na cerimónia de posse, interveio ainda o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. António Costa demitiu-se de Primeiro-Ministro, em 7 de novembro de 2023, após ter sido tornado público que era alvo de um inquérito judicial instaurado pelo Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça a partir da Operação Influencer. O Presidente da República aceitou de imediato a demissão do Primeiro-Ministro e decidiu dissolver o Parlamento, marcando eleições legislativas antecipadas para 10 de março. As duas coligações lideradas pelo PSD – AD, no Continente e Açores, e Madeira Primeiro (PSD/CDS) – conseguiram 28,83% dos votos e 80 deputados (78 do PSD e dois do CDS-PP).



# COMPOSIÇÃO DO NOVO GOVERNO



O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, esteve reunido no dia 28 de março com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para lhe apresentar a lista dos seus ministros. Luís Montenegro chegou ao Palácio de Belém poucos minutos antes das 18h00.

O XXIV Governo Constitucional integra 17 ministros, além do Primeiro-Ministro, e é o segundo mais paritário da história da democracia portuguesa, com 41% da equipa governamental composta por sete mulheres: Rita Júdice (ministra da Justiça), Margarida Blasco (ministra da Administração Interna), Ana Paula Martins (ministra da Saúde), Maria do Rosário Palma Ramalho (ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), Maria da Graça Carvalho (ministra do Ambiente e da Energia), Margarida Balseiro Lopes (ministra da Juventude e Modernização) e Dalila Rodrigues (ministra da Cultura).

Os 17 ministros tomaram posse esta terça-feira e a posse dos secretários de Estado do XXIV Governo Constitucional decorrerá na próxima sexta-feira, 5 de abril de 2024, também no Palácio Nacional da Ajuda.

**Primeiro-Ministro****LUÍS MONTENEGRO**

Licenciado em Direito, 51 anos

Advogado

Presidente do PSD, venceu, em 8 de maio de 2022, as eleições diretas do PSD com 72,48% dos votos

Tomou posse como Presidente do PSD no 40.º Congresso Nacional, no Porto, com o lema “Acreditar”

Ex-líder parlamentar do PSD, foi deputado, Presidente da Assembleia Municipal e vereador da Câmara Municipal de Espinho

**Ministro de Estado e de Negócios Estrangeiros****PAULO RANGEL**

Licenciado em Direito, 56 anos

Docente universitário e advogado

Deputado Europeu; Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PPE; Presidente do Grupo de Escrutínio do Espaço Schengen; Relator Permanente do Parlamento Europeu para a Bósnia-Herzegovina

Foi Presidente do Grupo Parlamentar do PSD; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça; Deputado à Assembleia da República; 1.º Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações UE-Brasil

**Ministro de Estado e das Finanças****JOAQUIM MIRANDA SARMENTO**

Doutorado em Finanças, 45 anos

Deputado, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Professor Universitário

Foi Assessor económico do Presidente da República Prof. Cavaco Silva. Trabalhou 10 anos no Ministério das Finanças e foi Consultor da UTAO

**Ministro da Presidência****ANTÓNIO LEITÃO AMARO**

Doutorado em Direito, 44 anos

Professor Universitário

Foi Secretário de Estado da Administração Local do XIX Governo Constitucional e Deputado à Assembleia da República nas XI, XII, XIII e XVI Legislaturas

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Marshall Memorial Fellow do German Marshal Fund (EUA), Scholar no The Europeum (Oxford), Investigador Visitante da Harvard Law School da Universidade de Harvard (EUA)

**Ministro Adjunto e de Coesão Territorial****MANUEL CASTRO ALMEIDA**

Licenciado em Direito, 66 anos

Advogado

Foi Deputado, Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional com responsabilidade pelos Fundos Europeus entre 2013 e 2015

**Ministro dos Assuntos Parlamentares****PEDRO DUARTE**

Doutorado em Estudos de Desenvolvimento, 50 anos

Jurista/Gestor

Diretor na Microsoft Corp; Vice-Presidente da CIP

Foi Deputado; Secretário de Estado da Juventude

**Ministro da Defesa Nacional****NUNO MELO**

Licenciado em Direito, 58 anos

Advogado

Presidente CDS-PP e Deputado Europeu

Foi Deputado à Assembleia da República

**Ministra da Justiça****RITA JÚDICE**

Licenciada em Direito, 50 anos

Advogada

Foi sócia da sociedade de advogados PLMJ (2013 a 2023)

Membro da Comissão Executiva da Urban Land Institute (ULI) Portugal e associada da Women in Real Estate (WIRE Portugal)

**Ministro da Administração Interna****MARGARIDA BLASCO**

Licenciada em Direito, 67 anos

Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça

Foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Justiça, Diretora Geral do

Serviço de Informações de Segurança, Inspetora-Geral da Administração Interna

**Ministro da Educação, Ciência e Inovação****FERNANDO ALEXANDRE**

Doutorado em Economia, 52 anos

Professor da Universidade do Minho e vice-presidente do Conselho Económico e Social

Foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna no XIX Governo Constitucional.

Prémio de Mérito Científico da Universidade do Minho em 2022

**Ministra da Saúde****ANA PAULA MARTINS**

Doutorada em Farmácia, 58 anos

Professora Universitária

Foi Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos e Presidente do Conselho de Administração do Centro

Hospitalar e Universitário Lisboa Norte


**Ministro das Infraestruturas e Habitação**
**MIGUEL PINTO LUZ**

Licenciado em Engenharia, detém um MBA, 47 anos

Vice-Presidente do PSD

Presidente da Fundação Alfredo de Sousa; Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais; Presidente da SEDES Lisboa; Vice-Presidente Entidade Regional de Turismo; Administrador da Fundação Paula Rego; Investigador no Grupo de Sistemas de Informação do INESC-ID; docente convidado Nova School of Business and Economics e no Instituto Superior Técnico

Foi Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações durante o XX Governo Constitucional de Portugal com o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho


**Ministro da Economia**
**PEDRO REIS**

Licenciado em Gestão e Administração de Empresas, 56 anos

Gestor de Empresas

Administrador e Consultor de Empresas

Presidente do Conselho Consultivo da Diáspora Portuguesa. Foi Presidente da AICEP e Administrador da BCP Capital


**Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**
**MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO**

Doutorada em Direito, 63 anos

Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente da APODIT – Associação Portuguesa de Direito do Trabalho  
Vice-Presidente da ISLSSL – International Society for Labour and Social Security Law  
Consultora da Comissão Europeia na área da igualdade de género


**Ministra do Ambiente e Energia**
**MARIA DA GRAÇA CARVALHO**

Doutorada no domínio das Indústrias de Energia Intensiva, 68 anos

Deputada ao Parlamento Europeu e Professora Universitária

Foi Ministra da Ciência e Ensino Superior e Adjunta do Presidente da Comissão Europeia 2006 a 2009


**Ministra da Juventude e Modernização**
**MARGARIDA BALSEIRO LOPES**

Licenciada em Direito, 34 anos

Jurista

Antiga deputada à Assembleia da República (2015-2022)


**Ministro da Agricultura e Pesca**
**JOSÉ MANUEL FERNANDES**

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática, 56 anos

Deputado ao Parlamento Europeu

Foi Presidente Câmara Municipal de Vila Verde


**Ministra da Cultura**
**DALILA RODRIGUES**

Doutorada em História da Arte, 62 anos

Historiadora de Arte e Professora do Ensino Superior

Diretora do Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (desde maio de 2019)

Dirigiu diversas instituições culturais nacionais, designadamente o Museu Nacional Grão Vasco e o Museu Nacional de Arte Antiga

Foi Administradora do CCB





**José Pedro Aguiar-Branco eleito  
Presidente da Assembleia da República**

# “O INTERESSE NACIONAL É UMA LEGISLATURA DE QUATRO ANOS”

**O novo Presidente da Assembleia da República prometeu lidar com os 229 deputados com “o mesmo registo de lealdade, equidistância e rigor” e ser um “gerador de consensos” para dar resposta aos problemas e anseios dos portugueses e levar a legislatura até ao fim.**



“Não antecipo nem ansiedades, nem preocupações, nem problemas”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco, que foi eleito na quarta-feira, 27 de março, Presidente do Parlamento, à quarta tentativa, para um mandato de dois anos, que será depois passado ao PS.

“Declara-se eleito presidente da Assembleia da República o candidato José Pedro Aguiar-Branco”, afirmou António Filipe, que presidiu à primeira sessão plenária da XVI legislatura.

Em entrevista à SIC-Notícias, José Pedro Aguiar-Branco lembrou que o Parlamento tem nesta legislatura uma geometria inabitual, com mais partidos, o que obriga à procura de consensos para corresponder às expectativas dos portugueses.

O novo presidente da Assembleia da República prometeu exercer o seu mandato num “registo de lealdade, rigor e equidistância” entre os deputados, justificado com a necessidade de um “gerador de consensos”.

“A minha relação vai ser igual com todos os senhores deputados, não faço distinção”, sublinhou, garantindo que não irá fazer discriminações “nem positivas nem negativas em relação a qualquer deputado ou grupo parlamentar”.

Para Aguiar-Branco, “o interesse nacional é uma legislatura de quatro anos”.

“Fomos eleitos para quatro anos, a expectativa do povo português é que seja possível governar quatro anos”, sublinhou.

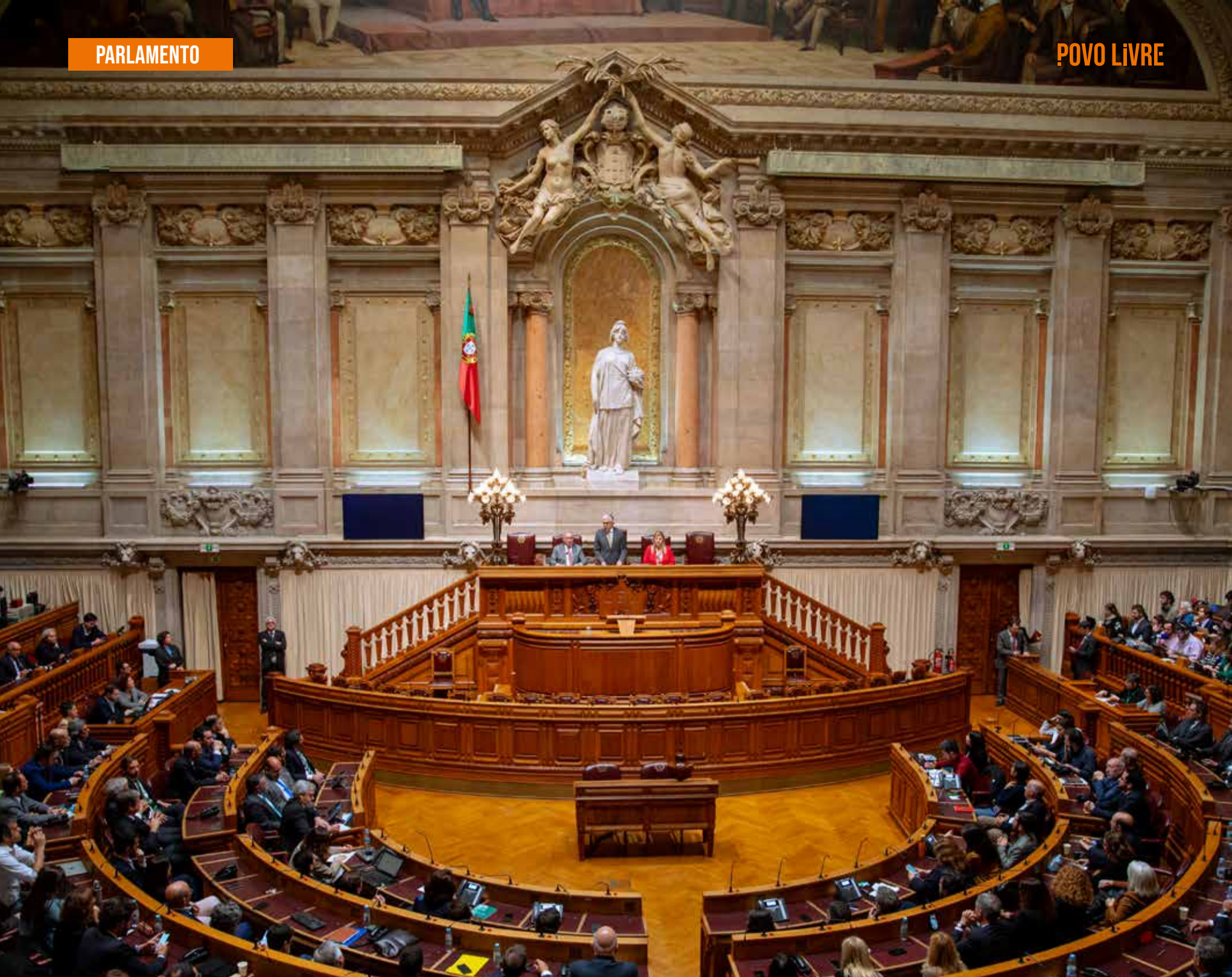
Resumindo, Aguiar-Branco definiu o que propõe para o seu mandato: “servir o melhor que possa e saiba, dignificar a Assembleia da República

e contribuir para um melhor funcionamento da democracia”, em suma, “cuidar da democracia para que ela não se parta”, concluiu, citando o social-democrata português Miguel Veiga.

“Depois os portugueses estarão para julgar em eleições o que foi o trabalho dos seus representantes, não é o presidente da Assembleia que o deve fazer”, considerou.

Já sobre o acordo alcançado entre PS e PSD que acabou por permitir a sua eleição – mantém-se no cargo até setembro de 2026, cabendo aos socialistas presidir à segunda metade da XVI legislatura – disse: “Tudo o que fazemos em nome do interesse nacional e que permita o normal funcionamento das instituições, não diminui, engrandece”, defendeu, considerando que o funcionamento da Assembleia é um ponto “crítico e nuclear” da democracia.





### PERFIL

José Pedro Correia de Aguiar-Branco nasceu em 1957, foi deputado entre 2005 e 2019, tendo ocupado o cargo de ministro da Defesa no Governo liderado por Pedro Passos Coelho entre 2011 e 2015, e de ministro da Justiça no curto Governo PSD/CDS-PP encabeçado por Pedro Santana Lopes (2003-2004).

Nas legislativas de 10 de março, foi eleito deputado pela coligação AD (que junta PSD, CDS-PP e PPM) como cabeça de lista por Viana do Castelo.

Além de ministro em dois Governos liderados pelo PSD, foi Presidente do Grupo Parlamentar social-democrata na XI Legislatura e vice-presidente do partido de abril de 2008 a março de 2010, durante a liderança de Manuela Ferreira Leite.

### PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA XVI LEGISLATURA OCORREU NO DIA 26

A Assembleia da República, saída das legislativas de 10 de março, reuniu-se pela primeira vez na terça-feira, dia 26 de março. Nos dias 11 e 12 de abril, a Assembleia da República vai debater o programa do XXIV Governo Constitucional, documento que será entregue no dia 10. Estas datas foram anunciadas pelo Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, no final de uma reunião da primeira conferência de líderes da XVI legislatura.



# UM GOVERNO COM “EXPERIÊNCIA POLÍTICA” E “CAPACIDADE TÉCNICA” PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

Hugo Soares destaca a “experiência política” do elenco do XXIV Governo Constitucional e a capacidade de recrutamento na sociedade civil, salientando ainda a criação do Ministério da Juventude.

“O novo Governo de Portugal apresentado ao senhor Presidente da República conjuga experiência política com a capacidade de recrutamento da sociedade civil. É um governo que traz o combate político, mas também a capacidade técnica para governar e transformar o país, sempre com foco nas pessoas”, considerou Hugo Soares.

Hugo Soares falava aos jornalistas na Assembleia da República mo-

mentos depois de ter sido conhecida a lista de ministros entregue pelo Presidente do PSD e Primeiro-Ministro indigitado, Luís Montenegro, ao Presidente da República.

O Secretário-Geral do PSD e candidato a líder parlamentar do PSD fez questão de enaltecer alguns “nomes da sociedade civil”, enumerando a nova ministra da Justiça, Rita Júdice, da Cultura, Dalila Rodrigues, da Administração Interna, Margarida Blasco, ou o ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre.

Hugo Soares salientou também o “sinal político muito relevante” dado pelo Primeiro-Ministro indigitado, ao

criar um Ministério da Juventude e da Modernização, que será liderado pela vice-Presidente do PSD Margarida Balseiro Lopes.

“É um sinal muito importante das preocupações do primeiro-ministro com os jovens portugueses”, defendeu.

Hugo Soares apontou igualmente que o elenco ministerial apresentado tem “muita experiência ao nível europeu”, com antigos eurodeputados como Paulo Rangel, ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Maria da Graça Carvalho no Ambiente e Energia, José Manuel Fernandes na Agricultura ou ainda Nuno Melo (CDS-PP) como ministro da Defesa Nacional.

Hugo Soares frisou que foi um Governo “constituído à moda antiga”, no qual o Primeiro-Ministro “que é líder fechou sobre si mesmo a composição do Governo”.

Hugo Soares manifestou-se convicto de que a legislatura vai durar os quatro anos e defendeu que “as legislaturas devem ser cumpridas”. “Não será por parte nem do Governo, nem do Grupo Parlamentar [do PSD], que se criará instabilidade para que a legislatura não seja cumprida”, assegurou.

O Presidente da República aceitou a lista de 17 ministros proposta por Luís Montenegro, para o XXIV Governo Constitucional.





# AVEIRO CONTESTA AMPLIAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

A Câmara Municipal de Aveiro opõe-se à intenção da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro de ampliar aterro sanitário de Eirol, defendendo a mudança da unidade para outro município, informou a autarquia.

Durante a reunião pública do executivo municipal, realizada na quinta-feira, 28 de março, o Presidente da Câmara, Ribau Esteves, informou que a autarquia está “contra a manutenção desta estrutura no município de Aveiro”.

“O município de Aveiro já leva um contributo de três décadas ao serviço de toda a região a receber este tipo de resíduos. Fizemo-lo em Taboeira, estamos agora a fazer em Eirol e entendemos que basta”, disse o autarca, sublinhando que “é a vez de outro município prestar o serviço”.

Ribau Esteves prometeu ainda utilizar “toda a capacidade de influência, de luta por todos os meios políticos e legais”, para impedir que este objetivo da empresa responsável pela recolha, tratamento e valorização de resíduos urbanos do Litoral Centro seja executado.

Na reunião, o executivo tomou ainda conhecimento do ofício enviado ao ministro do Ambiente, onde a Câmara informa que é contra a continuação do funcionamento das instalações da ERSUC, em Eirol, após o fecho da segunda célula de aterro sanitário.

Com o aterro de Taboeira, em Esgueira, aberto em 1998, e depois, desde 2012, com a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB) de Eirol, há mais de duas décadas que os resíduos de vários municípios da região são dirigidos para Aveiro.

Para a Câmara de Aveiro é tempo de começar a pensar numa nova localização para esta unidade para onde são encaminhados os resíduos urbanos da região, refere uma nota camarária, adiantando que “uma vez esgotada a capacidade da UTMB e seu aterro sanitário de apoio, o destino dos resíduos deverá passar a ser outro”.

Na mesma reunião, o executivo deliberou aprovar o Plano de Ação para a Estratégia de Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU) do município de Aveiro, que inclui 17 medidas associadas à prevenção da produção de resíduos, à promoção da separação na origem e à valorização dos resíduos produzidos, totalizando investimentos até 2030 na ordem dos 8,7 milhões de euros.

Nos investimentos previstos o destaque vai para a construção de mais dois ecocentros municipais, a que se juntarão 11 ecocentros de proximidade e a aquisição de duas viaturas para recolha seletiva de biorresíduos e implementação do sistema PAYT/RAYT.

O PAPERSU elaborado pela Câmara também foca a sua ação para o aumento da rede de recolha seletiva de óleo alimentar usado e roupa usada e da frequência de recolha seletiva de monos e resíduos verdes, bem como o investimento em campanhas de sensibilização e educação ambiental diversificadas, incluindo de combate ao desperdício alimentar. O plano vai ser agora submetido à aprovação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, tal como previsto na legislação em vigor.

# POMBAL ABRE GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA E À PARENTALIDADE

A Câmara Municipal de Pombal abriu o Gabinete de Apoio à Família e à Parentalidade para prestar ajuda de proximidade.

“O objetivo deste gabinete é prestar um apoio de proximidade às famílias e, sobretudo, ajudá-las em momentos de dificuldade e também ao nível da parentalidade”, revelou Pedro Pimpão.

O Presidente de Câmara explicou que “existe um conjunto de apoios e de programas que podem e devem ser desenvolvidos pelo município em articulação com as várias entidades, nomeadamente com a área da saúde e com a área da educação, que podem ajudar estes jovens pais neste processo parental”.

“Este gabinete vai ter vários serviços, vai ser articulado com os nossos técnicos tanto da Unidade de Projetos Educativos como da área do Desenvolvimento Social e da Saúde”, declarou, adiantando que vai ser coordenado por uma psicóloga do município.

Entre as atividades previstas estão sessões de capacitação e de aconselhamento parental, e outras já em prática, como de potenciação do sucesso escolar.

Pedro Pimpão destacou que uma das iniciativas que considera “muito relevante” é o “Banco do Bebê, um banco de recursos para ajudar os jovens pais em equipamentos e bens de que tenham necessidade aquando da maternidade”, num “estilo de economia circular”, para permitir que possam poupar financeiramente “nesta fase importante das suas vidas”.

De acordo com o autarca, este gabinete vai também monitorizar o programa de apoio à natalidade que aquele município do distrito de Leiria prevê implementar este ano.



Pedro Pimpão salientou que o gabinete se destina a apoiar “todas as famílias”, porque a Câmara quer “ter essa abrangência naturalmente”.

“Mas percebemos que há uma necessidade crescente, sobretudo de pais com crianças que estejam ainda no sistema de ensino”, desde a creche ao ensino secundário, precisou, adiantando que aqueles passam a ter “um apoio, uma porta aberta para os ajudar”.

Por outro lado, “este gabinete também vai fazer o encaminhamento das situações que forem reportadas”, dado que o trabalho vai ser desenvolvido em articulação direta com áreas como a saúde, Segurança Social ou Comissão de Proteção

de Crianças e Jovens.

O espaço, que funciona num espaço junto à entrada da Escola Secundária de Pombal, acolhe, igualmente, sugestões de iniciativas por parte dos cidadãos.

“A partir do momento em que há uma porta aberta para as famílias, também há maior disponibilidade para acolher sugestões, contributos e ideias que tenham que possamos desenvolver em Pombal, para criarmos um ambiente propício a que as pessoas escolham [o concelho] para se fixarem, é isso que queremos”, acrescentou.

A autarquia referiu que esta resposta “surge no âmbito do Plano de Ação

Pombal 2030, que define a estratégia de desenvolvimento do concelho de Pombal, concorrendo para o objetivo estratégico de tornar Pombal um concelho mais coeso e inclusivo”.

O gabinete tem “como destinatários potenciais famílias com crianças e/ou adolescentes dos 0 aos 18 anos, residentes no concelho de Pombal”.

A criação do Gabinete de Apoio à Família e à Parentalidade concretiza um dos compromissos assumidos pelo atual Executivo Municipal com todos os pombalenses, traduzido numa nova ambição para promover um ambiente propício e acolhedor para as famílias, incentivando a parentalidade consciente.

# CÂMARA DE LISBOA DEFENDE LINHA EM LAÇO NO METROPOLITANO

A Câmara de Lisboa aprovou uma moção para instar o próximo Governo, liderado pelo PSD, a determinar ao Metropolitano de Lisboa a “reavaliação imediata” do processo de construção da linha circular para funcionar “em laço”.

Em reunião pública do executivo municipal, a moção para transformar a linha circular do Metropolitano de Lisboa numa linha em laço foi aprovada entre os 17 membros da câmara. Houve cinco votos de abstenção, designadamente três do PS, um do Livre e um dos Cidadãos Por Lisboa, e 10 votos a favor da proposta – sete da liderança PSD/CDS-PP, dois do PCP e um do BE.

A moção aprovada pela Câmara pretende instar o Governo a determinar ao Metropolitano de Lisboa a “reavaliação imediata” de todo o processo relativo à construção da linha circular, “estudando as condições técnicas e financeiras que possibilitem a alteração definitiva da linha circular, aproveitando a obra feita, a alteração da sinalização e a aquisição do novo material circulante, para o funcionamento de uma linha em laço”.

Em novembro de 2021, um mês após tomar posse como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas (PSD) defendeu a suspensão da linha circular do Metropolitano, no âmbito da aprovação de uma moção nesse sentido, e reiterou a proposta de uma linha “em laço”. Em causa está a nova linha circular do Metropolitano de Lisboa, que vai ligar a estação do Rato ao Cais do Sodré, numa extensão de mais dois quilómetros de rede, e que irá criar um anel circular no centro da cidade, e interfaces que conjugam e integram vários modos de transporte. O funcionamento da linha circular, tal como está definido, prevê que os passageiros que saiam das estações de Odivelas, Senhor Roubado, Ameixoeira, Lumiar, Quinta das Conchas e Telheiras tenham de fazer transbordo no Campo Grande se quiserem ir para outras zonas de Lisboa. Com a circulação “em laço”, esse transbordo deixa de ser necessário e o comboio que sai da futura linha Amarela segue viagem pela nova linha circular.



# TENDÊNCIA DE REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA É UMA BOA NOTÍCIA PARA OS AÇORES

O deputado do PSD/Açores Joaquim Machado destacou a “tendência de inversão do crescimento da dívida pública” pelo Governo suportado pela Coligação (PSD, CDS-PP, PPM).

O parlamentar social-democrata falava sobre os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a dívida pública regional, salientando que esta, “em 2023, teve uma variação de 139 milhões, por comparação com o aumento de 169 milhões de euros registado em 2018”.

“O que naturalmente é uma boa notícia para a Região”, reiterou o deputado do PSD/Açores.

Segundo Joaquim Machado, “essa

circunstância é atestada pelo facto de os Açores serem a única entidade no país a cumprir com os critérios de Maastricht”, apontou.

“Isto é, o défice deve ser inferior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e o total da dívida pública não exceder 60% do PIB”, esclareceu, lembrando que “em 2022 o rácio da dívida pública nacional era de 112,4% do PIB, face aos 60% verificados nos Açores”.

Outra nota salientada pelo parlamentar social-democrata “é o crescimento significativo do PIB, 10,8% nos primeiros dois anos do Governo de José Manuel Bolieiro, um desempenho sem paralelo nas últimas

duas legislaturas da responsabilidade do PS, altura em que o crescimento médio anual se quedou por 3,2%”.

Para o bom desempenho das finanças públicas regionais, aponta Joaquim Machado, “contribuiu uma gestão orçamental rigorosa, na qual se destaca a contenção da despesa corrente, inferior ao valor da inflação e o bom comportamento da receita”.

Adiantou a propósito que “mesmo num quadro de abaixamento dos impostos deixou na economia açoriana 140 milhões de euros”.

O deputado social-democrata salientou ainda que “a evolução do saldo orçamental só não foi mais positiva porque o Governo da República não

cumpriu com a transferência de 53 milhões de euros devidos pela participação nas obras de recuperação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo”.

Por último, destacou que “a evolução positiva das contas públicas regionais é feita ao mesmo tempo em que se valorizam as carreiras da função pública, aumentam os apoios sociais aos idosos e pessoas mais vulneráveis, se aposta decisivamente na educação e ambiente, por contraste com o definhamento do Serviço Nacional de Saúde, a falta de professores e os protestos das forças de segurança em consequência da governação socialista na República”.

Estrada do Raminho

# POSIÇÃO DO PS SOBRE ESTRADA DO RAMINHO É “IRRESPONSÁVEL”

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela Terceira consideraram “irresponsáveis” e “populistas” as críticas do PS sobre a situação da Estrada do Raminho, encerrada devido aos danos provocados pela crise sísmica, uma vez que “as autoridades competentes têm agido em conformidade com as condições de segurança, estando em curso melhorias para a circulação naquele local”.

Segundo Paulo Gomes, vice-presidente da bancada social-democrata, “os deputados do PS limitam-se a um populismo que só podemos classificar como irresponsável, em vez de valorizarem os serviços da Administração Pública Regional que já estão a trabalhar na melhoria das condições de circulação do caminho alternativo à Estrada do Raminho”.

Até porque “a via principal continua encerrada à circulação automóvel porque representa um perigo para as pessoas. E vai permanecer en-

cerrada porque não oferece condições de segurança, e porque a crise sísmica na Ilha Terceira se mantém bastante ativa, conforme todos sabemos”, explicou.

“Um relatório recente aponta vários riscos inerentes no que diz respeito a intervenções em altura para desobstruir parte da estrada regional, entre o Cabo do Raminho e a Mata da Serreta, pois a instabilidade dos taludes e os riscos geológicos derivados da atividade sísmica naquela zona são uma realidade que, pelos vistos, os deputados do PS desconhecem”, sublinhou Paulo Gomes.

O deputado lembrou igualmente que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo “está a par de tudo, e ainda recentemente, na Assembleia Municipal de fevereiro, o presidente da Câmara disse que não há condições de abertura daquela estrada. E já tinha afirmado o mesmo à comunicação social”.

“Trata-se de uma área, enquadrada no vulcão de Santa Bárbara, cujos taludes estão demasiado instáveis para que se reabra a estrada à circulação. E há um risco acrescido potenciado pela crise sísmica, que está a afetar aquela zona da Ilha Terceira. Isso é público e os perigos existentes também”, esclarece o parlamentar.

Paulo Gomes apontou ainda “a dificuldade de acesso a mão-de-obra, e mesmo a empresas capacitadas para efetuar operações como pavimentar e sinalizar de imediato a via alternativa, como ouvimos a semana passada, que só pode ser uma afirmação ilusória e de quem não conhece a nossa realidade, coisa que não estamos em crer aconteça com os deputados do PS eleitos pela nossa ilha”

Acresce que a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Direção Regional das Obras Públicas, vai lançar

este mês o concurso público para um projeto “que visa a recuperação de toda a zona do Raminho, incluindo a via principal, extremamente afetada pela crise sísmica”.

O deputado do PSD/Açores salientou ainda a ação da Junta de Freguesia do Raminho, “que tem acompanhado o evoluir da situação sísmica e informado a população das medidas de proteção a adotar, fazendo um levantamento dos danos, assegurando, com os seus funcionários, uma maior limpeza nas vias e caminhos”

“A Junta [de Freguesia do Raminho] está inclusivamente a organizar sessões de esclarecimento sobre a atividade sísmica e as medidas a adotar, com o intuito de esclarecer a população, desmistificando mitos e precavendo alarmismos, numa atitude de responsabilidade e de prevenção, conforme já divulgaram”, concluiu Paulo Gomes.





# Povo livre

Número 554 • 17 de Abril de 1985 • Preço 30100

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: NASCIMENTO RODRIGUES

## EDITORIAL

1. O discurso do Presidente do Partido no último Conselho Nacional pôs o dedo na ferida de alguns comportamentos internos que têm gangrenado a solidez do PSD e afectado as razões de coerência, firmeza estratégica, unidade, modular e, sobretudo, sentido de País e de Estado que foram, e têm de continuar a ser, timbre político dos sociais-democratas.

Não é possível deixar de dar-lhe razão quando sublinha: «É preciso que o Partido se comprometa a mudar de vida. É indispensável que os responsáveis a vários níveis deixem de, com os seus comportamentos e declarações, destabilizar a vida partidária». Isto foi dito com autoridade e clareza, mas também com humildade — ou seja, sem sombra de pressão ou vislumbre de ameaça. Pelo contrário: do contexto das suas palavras ressurta nitidamente o propósito de refazer a unidade do Partido — «porque um Partido que quer mudar Portugal e oferecer um projecto de futuro tem de começar por si próprio e dar o exemplo».

É uma linguagem e uma intenção que a maioria dos militantes deseja ouvir e acolher. Verdade é, porém, que Rui Machete não é o primeiro líder a pôr a nu a necessidade da eliminação urgente e radical de disputas internas sem grandeza e de alguns processos e atitudes de interesse pessoal. A questão não está, portanto, no propósito em si, mas no modo e no conteúdo susceptíveis de lhe emprestar um corpo durável.

2. «Não me apresentei como líder de uma facção ou apoiado por sensibilidades. Nem pretendo contar espíngardas. Esse foi o erro de Braga. Não é assim que se faz a unidade do Partido» — disse também. E terá exprimido desse modo a sua opção por uma forma consensual de unidade, que não seja interessadamente conjuntural e táctica. Uma unidade que arranque e não dispense a diversidade e o pluralismo internos, raízes do pulsar, quantas vezes turbulento, de um PSD que também por isso é democrático e se fez grande e vivo. Diversidade e pluralismo, porém, a que importa dar sentido de coerência, lastro de caminho estável e quadro de disciplina que se apeteça.

3. É esta a única forma de conceber e operacionalizar a unidade do Partido? Não é. Perfilou-se a opção pelo entendimento de que a unidade só se constrói contra a consensualidade e apenas se ganha num afrontamento que triture, elimine e «purifique».

Trata-se de uma opção tão legítima como a outra. E também potencialmente eficaz. É que, para além dos princípios em que assentem essas alternativas de rumo, há quem ignore as condições concretas da situação. Há quem possa negar, como experiências alheias demonstraram, que o desencanto de muitos, o desânimo de outros e o desespero fundado de alguns são húmus fértil para a tentação da unidade pelo afrontamento que estorpe.

O risco da escolha. O presidente do Partido disse qual era. Julgo que é a boa opção, apesar do respeito pelo valor intrínseco da unidade diferente militante do PSD, não apenas a extensão multifacetada da nossa realidade, mas também por se me prefigurar como certa — na justa medida em que não é reduccionista.

Um Partido grande e um Partido social-Nunca fomos e não queremos ser um pequeno feição liberal. Mas o curioso de tudo isto antiga anticonsensual pode conduzir em linha resultado, seguramente ao contrário do que se propôs sincero de quem a propugna e

Um resultado desastroso em termos de integridade e de efeitos devastadores para o Partido, nasceu e se fez.

Não é essa, sequer, a imagem mais nitida que se assume no écran desta questão. Por alguma, provavelmente absurda, conotação de ideias, a memória foca-me a insistência a paisagem de um deserto com um cacto solitário tombado sobre os seus próprios espinhos.

H. Nascimento Rodrigues

## V CONSELHO NACIONAL / 85 (Extraordinário)

Rui Machete

# «Um Partido que quer mudar Portugal e oferecer um projecto de futuro tem de começar por si próprio e dar o exemplo»

1. Vivemos no nosso Partido um momento difícil. A confluência das eleições presidenciais com a aproximação da data limite para a tomada de várias das medidas previstas no Acordo PS-PSD, que serve de base à presente coligação, obriga a uma gestão rigorosa do tempo e tornam os sociais-democratas alvo apetecido de ataques violentos dos nossos adversários políticos conhecidos e de muitos inimigos encapotados. Multiplicam-se os artigos críticos na imprensa contra nós, muitos deles ditados por pura paixão partidária e alguns deles mesmo encomendados... A desistência em concorrer às



presidenciais tornada pública pelo General Firmino Miguel — que muitos no Partido consideravam como o candidato que deveríamos vir a apoiar — criou em numerosos militantes um sentimento de desânimo e de desorientação, que os factos reais não justificam, mas que, a não ser combatido, pode gerar, entre nós, um movimento generalizado de descrença. É, pois, chegado o tempo de reflectirmos com realismo e de tomarmos decisões claras e firmes. Temos de dizer basta aos derrotismos que põem em causa a grandeza e a força do Partido e temos, sobre-

Continuar na pág. 3

## APROVADAS DUAS MOÇÕES

No V Conselho Nacional / 85 (Extraordinário) foram aprovadas duas moções cujo texto é publicado na íntegra na pág. 2

## REFERENDO

O Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, em sua sessão de 13 de Abril de 1985, ultimou o apuramento global e definitivo dos resultados do referendo aos militantes do PSD sobre o candidato a apoiar pelo PSD nas próximas eleições para a Presidência da República, completando os resultados constantes da sua informação à CPN do PSD datada de 9 de Abril de 1985, que inteiramente se mantém.

Fez-se o apuramento de 261 secções e dos votos das Regiões Autónomas e dos Núcleos de Emigração, não tendo podido incluir nos resultados 36 secções de voto por não terem remetido os necessários elementos.

O total de eleitores com capacidade eleitoral activa foi de 66 373 e o total de votantes foi de 24 039 (36,5%).

Foi de 21 880 o número de votos a favor do

Continuar na pág. 2

## Adesão à CEE no Parlamento

\* A História não é pródiga em oferecer muitas oportunidades como aquela que hoje se apresenta aos portugueses. Saibamos aproveitá-la, saibamos dela extrair todas as potencialidades de modo a proporcionar um futuro melhor às novas gerações. (Rui Machete).

\* Tenhamos a noção de que vamos entrar nas Comunidades Europeias correspondendo a um profundo anseio do povo português e congratulemo-nos todos com isso. (João Salgueiro).

(Nas páginas 8 e 9)

EDIÇÃO N.º 554 do "Povo Livre" | de 17 de abril de 1985.

"Rui Machete: Um Partido que quer mudar Portugal e oferecer um projeto de futuro tem de começar por si próprio e dar o exemplo".

# CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

**TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt**

## DISTRITAIS

### UISEU

Nos termos dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para reunir no próximo dia 15 de Abril de 2024 (segunda-feira), pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, em Viseu, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
1. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

## SECÇÕES

### CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Cabeceiras de Basto, para reunir em plenário a realizar no próximo dia 26 de Abril de 2024 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua das Pondres nº 51, em Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política atual;
2. Outros assuntos relevantes.

### CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2024 (sábado), pelas 17h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua António Fernandes Costa Almeida nº 19, em Celorico da Beira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos órgãos de Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 20h00.

### CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2024 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede local, sita na Av. Tenente Valadim nº 47 E, em Chaves, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no nº 2 do

Artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam 30 minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

### CONDEIXA-A-NOVA

#### RETIFICAÇÃO DE LOCAL DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 27-03-2024

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2024 (sexta-feira), às 21h00, no Salão da União de Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, sito em Condeixa-a-Velha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

### COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2024 (sábado), pelas 14h00, no auditório do edifício da sede da União de Freguesias de Covilhã e Canoso, sito na Rua Conde da Ericeira nº 9 – R/c, na Covilhã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos Órgãos da Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção do PSD da Covilhã, ou a quem estatutariamente e ou legalmente o substitua, no Hotel D. Maria, na cidade da Covilhã, uma vez que não existe sede da secção, entre as 21h00 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00 às 19h00.

### ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2024 (sábado), das 14h30 às 16h30, na Sede, sita na Rua Jornal de Estarreja nº 109, em Estarreja, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas completas de candidatos deverão ser apresentadas na Sede, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (1 de Maio).

Tendo por referência a data da eleição, só são elegíveis os militantes inscritos há mais de seis

meses e que tenham as quotas regularizadas até ao décimo dia anterior.

A votação decorrerá das 14h30 às 16h30.

### LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes da Secção de Lamego, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2024 (sábado), pelas 15h00, na sede da Secção, sita na Av. 5 de Outubro nº 4, em Lamego, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem o possa substituir, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (dia 15). A sede encontra-se aberta para esse efeito das 21h30 até às 24h00.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

### MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes do PPD/PSD da secção concelhia de Montalegre, para reunirem em Assembleia no próximo dia 05 de Maio de 2024 (domingo), pelas 14h30, na sede do PSD de Montalegre, sita na Praça de França nº 395, loja 4-A do Edifício Cabrilho, em Montalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 17h00.

### PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Paços de Ferreira, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia eleitoral, no próximo dia 04 de Maio de 2024 (sábado), entre as 14h00 e as 18h00, na sede concelhia, sita na Av. Bombeiros Voluntários nº 221, em Paços de Ferreira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatura para os Órgãos da Secção deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00 às 18h00.

### RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes do Concelho de Resende, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 18 de Maio de 2024 (sábado), pelas 17h00, na sede do PSD de Resende, sita na Rua António Caetano de Moura, em Resende, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatura para os Órgãos da Secção, deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A sede do partido estará aberta, para receção de candidaturas, no dia 15 de Maio de 2024 das 21h00 às 24h00.

As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 20h00.

### TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tavira para reunir no dia 04 de Maio de 2024 (sábado), pelas 10h00, na Sede da Secção de Tavira do PSD, sita na Rua Dr Silvestre Falcão nº 9 – J 1, em Tavira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá das 10h00 às 12h00.

As listas candidatas para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção devem ser entregues na Sede, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |

Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## IV CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se reunião ordinária do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no dia 14 de abril de 2023, (domingo) pelas 15h00, na Rua Prior de Vasconcelos, nº 34 – Loja 1, R/c, 6000-265 Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Deliberação do local, data, horário e regulamento do Congresso Distrital, bem como a composição da Comissão Organizadora do Congresso;

## V CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o V Conselho Distrital do mandato 2022/2024 para reunir no próximo dia 13 de abril de 2024 (sábado), pelas 15h00m, Auditório do Centro Cultural e Social de São Miguel Avenida da Igreja s/n, 6300-839 Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política distrital e nacional;
- 2 – Apresentação e aprovação do Calendário e do Regulamento Eleitoral do VI Congresso Distrital da JSD da Guarda;
- 3 – Outros assuntos.

## RECTIFICAÇÃO

### CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Chaves, para reunir no próximo dia 27 Abril de 2024 (sábado), pelas 10 horas, na Sede do PSD de Chaves, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 – Edifício Valadim – Sub Loja E, 5400-558 Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia Geral da JSD Chaves.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Chaves, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia em Avenida Tenente Valadim, 47 – Edifício Valadim – Sub Loja E, 5400-558 Chaves. As urnas estarão abertas das 10 às 12 horas.

### OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no dia 15 de Abril de 2024, pelas 21:00h, na sede do PSD em Oeiras, no Largo Avião Lusitânia nº 15, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

## OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no dia 26 de abril de 2024, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1º Esq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do Plenário de Militantes de 22 de dezembro de 2023;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Apresentação e discussão do Plano de Atividades para os próximos meses de 2024;
- 4 – Outros assuntos de interesse para a concelhia.

## PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD da Póvoa de Varzim, para reunir no dia 04 de maio, (sábado) pelas 14h00, na sede concelhia da JSD/PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, nº7 escritório 1 4490-438 Póvoa de Varzim, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa de Plenário e da Comissão Política Concelhia da Póvoa de Varzim.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00. As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral para o e-mail: [martascalmeida@gmail.com](mailto:martascalmeida@gmail.com).

## SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD Concelhia de Santa Maria da Feira, para o dia 19 de Abril de 2024 pelas 21:00 horas, na Sede do PSD Santa Maria da Feira sita na Rua dos Descobrimentos nº1616, 4520-201 em Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de atividades da comissão política concelhia;
- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Outros assuntos.

## RECTIFICAÇÃO

### SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Santa Marta de Penaguião,

para reunir no próximo dia 27 Abril de 2024 (sábado), pelas 10 horas, na Sede do PSD de Santa Marta de Penaguião, sita na Rua Velha, Loja 3, 5030 – 478 Santa Marta de Penaguião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia Geral da JSD Santa Marta de Penaguião.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Santa Marta de Penaguião, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia em Rua Velha, Loja 3 5030 – 478 Santa Marta de Penaguião.

As urnas estarão abertas das 10h00 às 12 horas.

## VILA DO CONDE

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vila do Conde para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 13 de abril de 2024 (sábado), pelas 17h30, a ocorrer na Sala Dr. Orlando Taipada sede concelhia do Partido Social Democrata, sita na Praça da República, n.º7, na cidade de Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Legislativas 2024 – rescaldo;
- 3 – Análise da situação político-partidária local;
- 4 – Outros Assuntos.

## NESD FCSH

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 18 de abril de 2024, das 18h às 20h, no Campus da Avenida de Berna da FCSH - Avenida de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD FCSH.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.